A assistência em Braga: iniciativas da segunda metade do século XIX

Augusta Xavier Guimarães

Resumo: É nosso propósito dar a conhecer as iniciativas assistenciais surgidas em Braga na segunda metade do século XIX, os seus beneficiários e os serviços que prestavam. Procuraremos também dar a conhecer as bases sociais de apoio das realizações de carácter assistencial então surgidas.

Um dos primeiros aspectos a destacar no estudo da assistência em Braga no século XIX diz respeito ao período em que surgiram as instituições, iniciativas ou práticas assistenciais aqui referenciadas (Quadro 1). Todas elas datam da segunda metade do século XIX. As vicissitudes político-militares por que passou o nosso País na primeira metade deste século podem explicar tal facto.

Outro dos aspectos a salientar no estudo da assistência em Braga no século XIX relaciona-se com o conjunto de transformações que caracterizam este século, as quais marcaram indelevelmente a acção assistencial então desenvolvida. Exemplo disso, é a influência das ideias higienistas no âmbito da assistência.

Características do período em análise (Conferências de S. Vicente de Paulo, Associações de Socorros Mútuos …) ou originárias dessa cidade (Colégio de Regeneração …), tais realizações dão-nos a conhecer o que em termos assistenciais foi criado em Braga na segunda metade do século XIX, dando-nos conta, simultaneamente, das transformações ocorridas no campo da assistência. Tal facto, só por si, justifica o estudo em particular dessas realizações, pelo que deixámos de parte, intencionalmente, a acção assistencial desenvolvida pelas iniciativas vindas do passado (Misericórdia e o Hospital de S. Marcos, Colégio dos Órfãos de S. Caetano, Conservatório das Órfãs do Menino Deus ou da Tamanca, confrarias, irmandades …). Por outro lado, essas realizações mostram-nos também que Braga estava a par das soluções então encontradas para auxiliar os mais carenciados (Asilo D. Pedro V, Asilo de Mendicidade …).

Com o intuito de "cuidar e tratar" surgem então em Braga o Asilo de S. José, o Asilo de Mendicidade, o Asilo dos Clérigos, o Hospital de Santa Cruz e instalam-se algumas congregações religiosas (Quadro 2). Procurando "ajudar e amparar" os mais necessitados surgem as Conferências de S. Vicente de Paulo, as Associações de Socorros Mútuos, o Pão de Santo António e a acção assistencial desenvolvida pela imprensa,

designadamente pelo periódico local *O Commercio do Minho*. Em prol dos menores é criado o Asilo D. Pedro V e a Oficina de S. José e a favor das "extraviadas", o Colégio de Preservação, o Colégio de Regeneração e a Oficina-Escola de Tecelagem. Foi também elaborado pela Administração do Concelho um regulamento para as "toleradas". Tudo com o propósito de "regenerar e educar".

A acção assistencial desenvolvida pelas instituições, iniciativas ou práticas assistenciais surgidas em Braga na segunda metade do século XIX assumiu variados aspectos, os quais importa salientar.

Em primeiro lugar, a assistência praticada privilegiou a satisfação das necessidades básicas e a resolução dos problemas então considerados como prementes. Os auxílios prestados foram predominantemente de carácter material, tal como nos mostra o primeiro quadro aqui apresentado. Do conjunto de necessidades e problemas considerados destacam-se os relacionados com a subsistência, a doença e a morte. O melhor exemplo da preocupação com este tipo de necessidades são as associações de socorros mútuos. Ao contrário das confrarias do período moderno, voltadas para uma assistência ao corpo, mas de âmbito marcadamente espiritual, as associações de socorros mútuos desenvolvem uma acção sobretudo voltada para os cuidados médicos e do corpo em geral. De igual forma o surgimento de hospitais privados, tais como o da Irmandade de Santa Cruz, os quais saem fora do âmbito das Misericórdias, até então detentoras do monopólio da assistência hospitalar, mostra-nos a importância que as necessidades de ordem material tinham para os indivíduos.

Até que ponto a assistência praticada contemplou as franjas mais desfavorecidas da sociedade é outro dos aspectos a considerar. A exclusão de alguns indivíduos da oferta assistencial como, por exemplo, os que eram portadores de doenças contagiosas ou crónicas, levanta dúvidas sobre a justa aplicação dos auxílios. Das iniciativas assistenciais apresentadas apenas a Irmandade de Santa Cruz, administradora do Hospital com o mesmo nome, o Montepio de S. José e a Conferência [masculina] de S. Vicente de Paulo fazem referência, respectivamente, ao tratamento dos irmãos, associados ou indivíduos que padecessem desse tipo de doenças. O tratamento, no entanto, decorria no domicílio do doente.

De igual forma, a existência de mecanismos que excluíam indivíduos da oferta assistencial, tais como a exigência de um atestado de pobreza passado, na maior parte dos casos, pelo respectivo pároco para se ser auxiliado, é outra das razões que nos leva a pôr em causa o grau de

necessidade de auxílio de alguns dos socorridos. Essa exigência deixava os necessitados ao livre arbítrio de outrem.

Também a amálgama de situações identificadas como de pobreza e a equivalência estabelecida, por vezes, entre algumas dessas situações e o estado de necessidade são factores que, mais uma vez, nos fazem interrogar quanto à verdadeira necessidade de auxílio de alguns dos indivíduos então socorridos. Por exemplo, ser-se cego ou ser-se aleijado não significa necessariamente ser-se pobre.

Outro dos aspectos a destacar na acção desenvolvida pelas instituições, iniciativas e práticas assistenciais surgidas em Braga na segunda metade do século XIX diz respeito às suas bases de apoio.

Salvo raras excepções, como é o caso do Colégio de Regeneração e da Oficina-Escola de Tecelagem contemplados com alguns subsídios pelo governo central, as iniciativas tomadas não puderam contar com o apoio das autoridades civis. A intervenção destas foi pontual e quando ocorreu ficou provavelmente a dever-se mais à iniciativa própria de quem desempenhava determinados cargos, tais como o de Governador Civil, do que a directrizes ditadas superiormente. De qualquer forma, não nos podemos esquecer que a criação do Asilo de S. José se fez sob os auspícios do Conde de Vila Pouca, então Governador Civil, e de que a fundação do Asilo de Mendicidade se ficou a dever a Jerónimo da Cunha Pimentel. Também a Oficina-Escola de Tecelagem contava entre os seus fundadores com o Governador Civil, o Conselheiro José Novais, o qual havia igualmente desempenhado um importante papel na angariação de fundos a favor dessa instituição. Restaram como bases de apoio os cidadãos e a Igreja Católica. Neste caso, a intervenção de ambos foi sistemática e contínua.

Em relação à acção assistencial desenvolvida pelos cidadãos, poderemos começar por referir que a fundação e administração do Asilo de Mendicidade estava a cargo da Associação de Beneficência do Distrito de Braga, da qual faziam parte figuras destacadas da sociedade oitocentista bracarense. Notáveis da cidade, de ambos os sexos, integravam igualmente a associação que administrava o Asilo D. Pedro V ou participavam na administração da Oficina de S. José. Contavam-se ainda entre os subscritores da fundação da Oficina-Escola de Tecelagem e entre os sócios honorários e subscritores da fundação da Conferência [masculina] de S. Vicente de Paulo.

A forma preferencialmente escolhida pelos cidadãos para a prática da caridade foi a da dádiva de esmolas quer em dinheiro quer em géneros. Era graças a elas, que por exemplo, o Asilo de S. José, o

Colégio de Regeneração e a Oficina-Escola de Tecelagem iam sobrevivendo.

A presença da Igreja Católica na assistência em Braga na segunda metade do século XIX foi uma constante, tendo assumido as mais variadas formas.

Graças à actuação de alguns dos seus membros, nomeadamente o Arcebispo, foi possível criarem-se e desenvolverem-se em Braga instituições, tais como o Asilo D. Pedro V (D. José Joaquim de Azevedo e Moura) e a Oficina de S. José (D. António José de Freitas Honorato). Encontrámos também presentes membros da Igreja Católica na administração/direcção das referidas instituições, com destaque mais uma vez para o Arcebispo. No caso ainda da Oficina de S. José, os cargos de Presidente da Comissão Administradora e o de Director tinham que ser ocupados, respectivamente, pelo Arcebispo e por um sacerdote.

Os exemplos não ficam, no entanto, por aqui. Monsenhor Airosa fundará o Colégio de Regeneração e a Oficina-Escola de Tecelagem; o Padre Senna Freitas impulsionará a criação da Conferência [masculina] de S. Vicente de Paulo e o Padre João da Santíssima Trindade, franciscano de Montariol, instituirá, por ocasião da comemoração do sétimo aniversário do nascimento de Santo António, uma prática assistencial nascida em França, que rapidamente se estenderá a todo o país: o "Pão de Santo António".

No entanto, um dos melhores exemplos da intervenção da Igreja na assistência é a acção desenvolvida pelas congregações religiosas que se instalaram em Braga na segunda metade do século XIX. O segundo quadro que aqui apresentamos dá-nos conta das congregações que nesse período vieram para Braga, das funções que exerceram e onde as desenvolveram. A sua presença, quer em instituições criadas na segunda metade do século XIX (Asilo de S. José, Hospital de Santa Cruz, Colégio de Regeneração, Asilo D. Pedro V…) quer em instituições fundadas anteriormente (Hospital de S. Marcos, Conservatório das Órfãs do Menino Deus da Tamanca …), mostra a aceitação que tiveram e a importância da acção desenvolvida. A natureza de algumas das congregações religiosas aqui apresentadas poderá ter facilitado a sua aceitação junto das instituições de assistência então existentes em Braga. Referimo-nos ao carácter mendicante de algumas delas. Duas eram franciscanas – as Hospitaleiras e as Missionárias de Maria -, outra era dominicana – as Dominicanas Portuguesas. Como se sabe este tipo de congregação religiosa gozou sempre de boa aceitação, em grande medida graças à acção assistencial desenvolvida. Também o tipo

de serviços prestados pelas congregações religiosas em análise poderá ter contribuído para a sua aceitação, a ponto de serem encarregues da direcção interna das respectivas instituições, ou explicar ainda a rápida expansão registada por algumas delas. O melhor exemplo disso é o das Irmãs Hospitaleiras. Congregação criada em Portugal na década de 1870, ainda nesse período deu primeiro entrada no Hospital de S. Marcos, depois no Colégio de Santa Margarida, no Asilo de S. José e no Hospital de Santa Cruz.

Não deixa igualmente de ser significativa nesse período a maior presença em Braga de congregações portuguesas (Irmãs Franciscanas Hospitaleiras da Imaculada Conceição e Irmãs Dominicanas Portuguesas) em detrimento das estrangeiras, nomeadamente, como é o caso das de origem francesa (Irmãs Franciscanas Missionárias de Maria e Irmãs de S. José de Cluny). O carácter nacional dessas congregações poderá ter contribuído para a sua maior aceitação em relação às restantes. Na sua totalidade, as congregações portuguesas encarregaram-se de oito instituições de assistência (Irmãs Hospitaleiras: Hospital de S. Marcos, Hospital de Santa Cruz, Asilo de S. José, Asilo de Mendicidade, Colégio de Preservação e Colégio de Santa Margarida; Dominicanas: Colégio de Regeneração e Oficina-Escola de Tecelagem) deixando para as restantes apenas o Asilo D. Pedro V (Irmãs de S. José de Cluny) e o Conservatório das Órfãs do Menino Deus da Tamanca e a obra dos “Petizes” dos Remédios no caso das Missionárias de Maria.

O facto de todas elas serem femininas chama de igual forma a nossa atenção.

A existência de uma relação entre a assistência e as mulheres é outro dos aspectos a realçar na acção assistencial desenvolvida em Braga pelas iniciativas emergentes. Pertencentes ou não a associações católicas, elas souberam apoiar, sob as mais variadas formas, as realizações de carácter assistencial então surgidas. Enquanto ”Filhas de Maria” auxiliaram Monsenhor Airosa na criação do Colégio de Regeneração e participaram na angariação de esmolas a favor do mesmo. Por seu lado, a comissão constituída pelo Conselho das Senhoras da Associação do Santíssimo Coração de Jesus exerceu um papel fundamental na criação do Colégio de Preservação. Também a administração do Colégio de Regeneração se encontrava a cargo de uma direcção externa eleita pela Assembleia Geral das Benfeitoras residentes na cidade de Braga, composta unicamente por mulheres, à excepção do cargo de director espiritual que obviamente tinha que ser ocupado por um sacerdote e por isso mesmo por um elemento do sexo

masculino. Para o equilíbrio financeiro deste colégio muito contribuíram também as senhoras notáveis de Braga, fosse através dos seus próprios donativos, fosse ao constituírem-se em comissões para a angariação de fundos.

Entre os subscritores que contribuíram para a instalação da Oficina-Escola de Tecelagem encontramos igualmente senhoras notáveis. Neste caso ainda, conjuntamente com os cavalheiros, procederam à constituição de comissões com o objectivo de angariarem esmolas a favor da mesma. Facilmente se compreende que, dada a natureza das instituições que temos vindo a analisar, vocacionadas para a assistência a mulheres em risco, estas tenham exercido aí um papel de maior protagonismo.

De qualquer forma, vamos encontrá-las entre os sócios honorários e subscritores da Conferência [masculina] de S. Vivente de Paulo e a coadjuvar os cavalheiros na realização de peditórios que habitualmente esta associação realizava na Semana Santa. Graças à acção de uma comissão de senhoras, pertencentes às elites de então, era criada em Braga uma creche de S. Vicente de S. Paulo, com fins idênticos à então já existente no Porto.

Por último, o "Pão de Santo António" devia à associação feminina e católica "Filhas de Maria" a preparação para a confissão e para a comunhão dos indivíduos contemplados com as distribuições de pão.

Do exposto facilmente se conclui que a actividade desenvolvida pelas mulheres no campo da assistência complementou a desenvolvida pelos indivíduos do sexo masculino. No entanto, a intervenção de ambos limitou-se aos membros das elites bracarenses desse período.

Importante também em termos assistenciais foi o papel exercido pelos "brasileiros" de "torna-viagem". À semelhança dos restantes benfeitores terão agido por necessidade de reconhecimento social ou imbuídos dos ideais cristãos. No seu caso, porém, registámos a procura preferencial das novas instituições de assistência para se afirmarem socialmente.

Era graças às suas dádivas que o Asilo de S. José, o Asilo de Mendicidade, o Asilo D. Pedro V, a Oficina de S. José e o Colégio de Regeneração iam sobrevivendo. A favor do Asilo D. Pedro V organizaram frequentemente subscrições no Brasil. Não era também raro encontrarem-se na caixa do "Pão de Santo António" moedas brasileiras. No caso do Asilo de S. José e da Oficina com o mesmo nome, dois "brasileiros", respectivamente, Fernando de Oliveira Guimarães e Manuel Esteves Ribeiro, haviam contribuído para a sua fundação ao doarem-lhes casa e avultada esmola em dinheiro. Aparecem-nos também

entre os associados e benfeitores do Asilo D. Pedro V residentes cá ou no Brasil, nomeadamente no Rio de Janeiro, Pará, Rio Grande do Sul e Amazonas, e entre os membros da Direcção do referido Asilo. De igual modo, vamos encontrá-los entre os subscritores da fundação da Oficina-Escola de Tecelagem.

A acção assistencial desenvolvida pelos cidadãos em Braga na segunda metade do século XIX não se limitou a auxiliar os mais desfavorecidos. Através da criação de associações de socorros mútuos, os indivíduos organizaram-se de forma a lutar contra as habituais dificuldades da vida: a doença, a morte, a invalidez e a orfandade. Só que neste caso, os beneficiados pertenciam, à falta de melhor designação, às classes médias ou médias altas. Isto porque, por exemplo, para se fazer parte destas associações era necessário pagar a jóia e as quotas. Ora, para se poder satisfazer tais obrigações era necessário ter recursos económicos.

A organização mais sistemática da caridade individual é outro dos aspectos a salientar nesta breve abordagem às iniciativas de carácter assistencial surgidas em Braga na segunda metade do século XIX. Através da criação de associações de leigos católicos, tais como as Conferências de S. Vicente de Paulo, ou do surgimento de práticas de caridade, como o "Pão de Santo António", assiste-se a uma centralização da esmola individual em iniciativas que gerem o acto de dar. Por intermédio de uma mera caixa colocada aos pés da imagem de Santo António da igreja dos Terceiros, qualquer indivíduo, de forma anónima, com mais ou menos recursos, podia socorrer os "pobres".

Um novo agente de caridade contribuiu igualmente para essa mesma organização exercendo em termos assistenciais um papel importantíssimo. Referimo-nos à imprensa e no caso particular de Braga ao *O Commercio do Minho*. Através dela as necessidades sentidas - fossem estas de alguém em particular, de instituições de carácter assistencial ou de iniciativas assistenciais desenvolvidas por outrem (exemplo, realização de subscrições) -, alcançavam um público mais vasto, assim como, ao publicitar devidamente a generosidade dos benfeitores, contribuía para a afirmação social dos mesmos. A imprensa criava, assim, na segunda metade do século XIX, outras alternativas de sobrevivência para os necessitados e novas formas de praticar a caridade.

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Fortunato de – *História da Igreja em Portugal*. Coimbra: Imprensa Académica, 1910.

ANDRADE, António Alberto Banha de, dir. – *Dicionário de história da Igreja em Portugal*. Lisboa: Ed. Resistência, [19--].

O Commercio do Minho. 1873-1899.

PIMENTEL, Jeronymo da Cunha – *A beneficencia no districto de Braga: projecto para a sua organisação pelo governador civil do districto*. Porto: Typ. Commercial Portuense, 1884. 108 p.

REMA, Henrique Pinto – *Crónica do centenário da Congregação das Irmãs Franciscanas Hospitaleiras da Imaculada Conceição 1876-1976: II das origens até à República: 1871 -1910*. [Braga: s.n.], 1979.

RIBEIRO, Victor – *História da beneficência pública em Portugal*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1907.

ROSENDO, Vasco – *O mutualismo em Portugal: dois séculos de história e suas origens*. [S.l.]: Montepio Geral; Lisboa: Multinova [distrib.], D.L. 1996.

TORRES, Alberto Pinheiro – *Memoria historica do Collegio de Regeneração*. 2.ª edição augmentada. Braga: Typ. A Vapor de J. M. de Souza Cruz, 1905.